

INFORMAÇÃO Nº 191/2016 – GAB/SEFIPE

PROCESSO Nº 1138/04

APENSO Nº 053.000442/02-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Corpo de Bombeiros Militar do DF

ASSUNTO: Pensão Militar

EMENTA: Concessão de pensão a Flozina Pereira de Souza (ex-esposa pensionada) e a Vanderson de Souza Leite e Fábio de Souza Leite (filhos menores), instituída pelo Terceiro-Sargento BM Vanderci Pereira Leite, matrícula nº 01.844-9, com base nos arts. 37, I; 39, § 1º, e 53 da MP nº 2.218/01; e art. 7º, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 3.765/60; c/c os arts. 40, §§ 7º e 8º, 42, § 2º, e 62, § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda constitucional nº 20/98, a contar de 08/12/01, de acordo com o ato publicado no DODF de 04/04/02, retificado no DODF de 16/12/14. Parecer do controle interno – Legalidade (fls. 47/49 e 83/85 – apenso). Cumprimento de diligência – Decisão nº 5588/14. Reiteração (Decisão nº 665/15). Legalidade com ressalva (Decisão nº 5596/2015).

Divergência em relação ao *quantum* do benefício pensional haveria de ser legado à Sra. Flozina Pereira de Souza, ex-esposa pensionada.

Pelo reconhecimento, nos termos do Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência do Tribunal, que o percentual conferido à pensionista militar há de ser aquele definido em sentença judicial transitada em julgado, aquiescendo entendimento da PGDF.

Senhor Secretário,

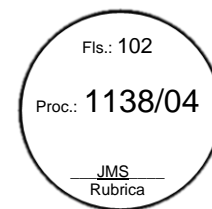
Trata-se no presente processo da concessão de pensão militar Instituída por Vanderci Pereira Leite nos termos mencionados na ementa.

2. Mediante a **Decisão nº 5588/14**, reiterada pela de nº 666/15 (fls. 84 e 90), foi determinada a realização de diligência nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** – levantar o sobrestamento do exame de mérito da concessão em análise, determinado pelo inciso II da Decisão nº 6.570/11; **II** – tomar conhecimento do trânsito em julgado da Ação Judicial nº 2010.01.1.053681-3, na qual foi reconhecido o direito da ex-esposa FLOZINA PEREIRA DE SOUZA à manutenção da percepção da pensão alimentícia judicialmente fixada; **III** – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias: **a)** torne sem efeito o inciso II da Portaria de 19 de março de 2004, publicada no DODF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



de 23.3.2004 (fl. 41 do processo apenso), repristinando o item 7 do ato publicado no DODF de 4.4.2002 (fl. 24 do processo apenso), referente à concessão de pensão militar a Flozina Pereira de Souza e aos menores Vanderson de Souza Leite e Fábio de Souza Leite; **b)** retifique o item 7 do ato publicado no DODF de 4.4.2002 (repristinado em atendimento à alínea “a”), a fim de: **1)** substituir o termo “viúva” por “ex-esposa pensionada”; **2)** incluir na fundamentação legal do ato a expressão “art. 7º, inciso I, alínea “c” da Lei nº 3.765/60, combinado com o art. 62, § 3º, da Constituição Federal”; **3) substituir a expressão “dividida em partes iguais, cabendo a cada, 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento)” por “cabendo à ex-esposa o mesmo percentual destinado pelo poder judiciário, de 40% (quarenta por cento), sendo o restante dividido igualmente entre os filhos”**. Grifamos

3. Em atendimento, foram juntados ao apenso os atos de retificação e repristinação da concessão e de anulação da retificação anterior (item “III”, fl. 79 - apenso).

4. Na última oportunidade em que se manifestou nos autos, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 5596/2015**, teve por cumprida a referida diligência e considerou legal a concessão, **in verbis**:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida a Decisão nº 5.588/14, reiterada pela Decisão nº 666/15; II – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; III – autorizar o arquivamento dos autos.

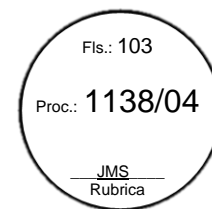
5. Acontece que o CBMDF cessou o pagamento da pensão no percentual de 40% (quarenta por cento) em face de decisão desfavorável à pretensão da autora de receber pensão integral nos autos da Ação nº 2008.01.1.151801-6. Denegado o pleito, vez que requereu a pensão como se viúva fosse, embora comprovado que era separada judicialmente do instituidor do benefício. Assim, embora houvesse amparo na Lei nº 10.486/2002 para percepção de pensão no percentual definido em juízo, não foi esse o pedido da autora, motivo pelo qual teve o pagamento da pensão interrompido.

6. Irresignada, ingressou com nova medida judicial perante o TJDF (2010.01.1.053681-3), pleiteando a pensão militar no percentual de 10 (dez por cento), o que fora, ao fim, deferido.

7. Transitada em julgado a sentença, os autos vieram ao Tribunal, que definiu, na forma da referida Decisão nº 5588/14, que **“caberia à ex-esposa o mesmo percentual destinado pelo poder judiciário, de 40% (quarenta por cento), sendo o restante dividido igualmente entre os filhos”**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



8. E assim o fez a Corporação, motivo pelo qual a concessão foi chancelada pelo Tribunal para fins de registro (Decisão nº 5596/15).

9. Acontece que, Procuradoria Geral do Distrito Federal encaminhou ao CBMDF o inteiro teor da decisão favorável à autora nos autos da **Ação nº 2010.01.1.053681-3**, transitada em julgado em 26/11/2012, na qual restou deferido o percentual de **10%**, na forma consignada na petição inicial.

10. A celeuma instaurada sobreveio em razão de a autora ter a seu favor sentença judicial transitada em julgado, definindo o percentual de 40% em ação de separação judicial (fl. 5v e 38 – apenso), que tramitou pelo Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso. Acontece que, naquela demanda, ao menos nas peças que se tem conhecimento, não restou claro se a autora era beneficiária da pensão alimentícia ou apenas percebia por conta dos filhos menores.

11. A Corporação entendeu que haveria de manter o percentual que vinha pagando à beneficiária (40%) em face daquela ordem judicial, e o restante rateado em entre os filhos menores (60%). Sistemática que, inclusive, teve o aval desta Corte de Contas.

12. Foram os altos apensos alçados na forma de consulta à Douta Procuradoria Geral do DF para fins de definição do percentual que haveria de ser consignado à beneficiária, haja vista a divergência entre os percentuais de **10%** e **40%** da pensão alimentícia judicial percebida pela ex-esposa.

13. A PGDF dirimiu a dúvida suscitada pelo Corpo de Bombeiros firmando entendimento no sentido de que a autora faria jus tão somente ao **percentual de 10%**. Para chegar a tal conclusão, amparou-se nas informações constantes dos autos administrativos e judiciais, na forma do Parecer da lavra da ilustre Procuradora Maria Beatriz Brow Rodrigues, aprovado pela titular da PROPES, do qual destacam-se os seguintes excertos (fls. 113/114 – apenso):

Registro que não consta deste Processo Administrativo, tampouco dos referidos autos Suplementares, a sentença proferida na Separação Judicial de FLOZINA PEREIRA DE SOUZA e VANDERCI PEREIRA LEITE.

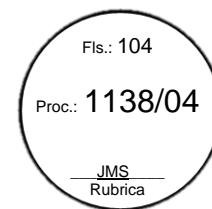
À fl. 05 deste Processo Administrativo, foi anexada a Certidão de Casamento de FLOZINA PEREIRA DE SOUZA E VANDERCI PEREIRA LEITE, em que foi averbada a sentença proferida na Separação Judicial.

De acordo com o que consta da averbação, **foi concedida a FLOZINA PEREIRA DE SOUZA a guarda permanente dos filhos menores do casal e deferida a pensão alimentícia no percentual de 40% (quarenta por cento) do Saldo bruto de VANDERCI PEREIRA LEITE** (fl. 05, verso).

À fl. 38 há um Ofício do Juiz Substituto da Comarca de Guiratinga (Mato Grosso), determinando o desconto da importância equivalente a 40%



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



(quarenta por cento) do vencimento de VANDERCI PEREIRA LEITE, a título de pensão alimentícia.

Entendo que **o percentual de 40% (quarenta por cento) de pensão alimentícia foi deferido à Autora e aos filhos menores do casal, ou seja, era o percentual total do benefício, incluindo todos os beneficiários. Quando os filhos do ex-casal atingiram a maioridade, permaneceu apenas o percentual devido à FLOZINA PEREIRA DE SOUSA, que é de 10% (dez por cento).**

14. Demais disso, destacou ainda trecho da petição constante do Agravo de Instrumento nos autos da Ação de Conhecimento nº 2008.00.2.005219-0:

“Neste sentido, a Agravante foi casada com VANDERCI PEREIRA LEITE, o qual era Cabo Bombeiro, como pode ser verificado pelos contracheques e certidão de casamento anexo.

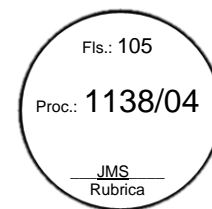
Contudo, em 1988, a Agravante se separou judicialmente do Sr. VANDERCI, **sendo que o mesmo passou a pagar uma pensão no montante de 40% (quarenta por cento) PARA ELA E SEUS FILHOS, que à época eram menores de idade**, como se verifica pela cópia da certidão de casamento em anexo.”

15. Nesse cenário, entendeu a PGDF que, a partir da maioridade dos filhos beneficiários, permanece apenas o percentual de **10% (dez por cento)** para a interessada, tal como expressamente requerido e deferido nos autos do Processo nº **2010.01.1.053681-3**. Sugeriu-se, por fim, ao Corpo de Bombeiros do DF a pagar apenas o percentual de 10% (dez por cento) a título de pensão militar em favor da interessada, não sem antes oportunizar ciência a esta egrégia Corte de Contas.

16. E assim o fez a Corporação. Antes de promover a correção do percentual da pensão militar legada à Sra. Flozina de 40% para 10% (fl. 118v – apenso), remeteu os autos apensos ao Tribunal para conhecimento e manifestação.

17. Pois bem, no entender desta unidade técnica, assiste razão a Doutra Procuradoria do DF. De fato, ao pleitear perante o Judiciário local o percentual de **10%** (dez por cento), **na forma da decisão judicial transitada em julgado**, proferida pela Comarca de Guiratinga - MT, a interessada acabou por dirimir a dúvida que pairava sobre o rateio da pensão alimentícia conferida pelo Judiciário de Mato Grosso.

18. Deveras, o percentual de **40% (quarenta por cento)** a título de pensão alimentícia foi deferido pela Justiça Mato-grossense à **Sra. Flozina e aos filhos menores do casal** no bojo da separação judicial. Embora não se tenha a definição do *quantum* seria, àquela época, para cada beneficiário, a interessada, após sentença denegatória de pensão militar integral (como se viúva fosse), teve reconhecido pelo TJDF o percentual de **10% (dez por cento)**, conforme requerido na petição inicial constante da Ação Ordinária nº 2010.01.1.053681-3, cujo trânsito em julgado ocorreu, em sede de Apelação, em 26/11/2012 (fl. 67). O que, ao nosso visio, elide qualquer



dúvida acerca do valor da pensão militar que deve ser paga pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal à interessada.

19. Nesse contexto, somos porque o Tribunal, alinhando-se ao entendimento da Doutrina PGDF, reconheça, na forma do Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência¹, que o percentual da pensão militar a que faz jus a Sra. Flozina Pereira de Souza é de 10% (dez por cento), na forma consignada na sentença transitada em julgado nos autos do Processo nº 2010.01.1.053681-3.

20. Necessário, portanto, recomendar à Corporação que dê fiel cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Judicial nº 2010.01.1.053681-3, no sentido de adotar as providências necessárias para ajustar o rateio da pensão militar legada pelo ex-miliciano Vanderci Pereira Leite, de forma a consignar **à ex-esposa pensionada tão somente o percentual de 10% (dez por cento), sendo o restante dividido igualmente entre os filhos, enquanto menores de 21 anos ou, quando estudantes universitários, menores de 24 (vinte e quatro) anos, no termos dos arts. 37 e 39, §3º, da Lei nº 10.486/2002².**

Pelo exposto, sugere-se:

- I. reconhecer, na forma do Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, aquiescendo entendimento da Doutrina Procuradoria Geral do Distrito Federal, que o percentual a ser conferido a título de pensão militar à Sra. Flozina Pereira de Souza, na qualidade de ex-esposa pensionada, é de 10% (dez por cento), na forma consignada na sentença judicial proferida nos autos do Ação de Conhecimento nº 2010.01.1.053681-3;
- II. recomendar ao CBMDF que dê fiel cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Judicial nº 2010.01.1.053681-3, no sentido de ajustar o rateio da pensão militar legada pelo ex-miliciano Vanderci Pereira Leite, de forma a consignar à ex-esposa pensionada, Sra. Flozina Pereira de Souza, tão somente o percentual de 10% (dez por cento), sendo o restante dividido igualmente entre os filhos, enquanto menores

¹ Cabe ao Tribunal de Contas verificar se o ato de aposentadoria, reforma ou pensão e se o cálculo do respectivo provento ou benefício guardam conformidade com a decisão judicial, passada em julgado, de que eventualmente resultem.

² Art. 37. A pensão militar é deferida em processo de habilitação tomando-se por base a declaração de beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, na ordem de prioridades e condições a seguir:

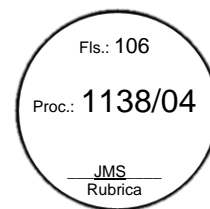
I - primeira ordem de prioridade - viúvo ou viúva, companheiro ou companheira; **filhos menores de 21 (vinte e um) anos ou, quando estudantes universitários, menores de 24 (vinte e quatro) anos;**

Art. 39. A habilitação dos beneficiários obedecerá à ordem de preferência estabelecida no art. 37 desta Lei.

§ 3º **Havendo pensionista judiciária, a pensão alimentícia continuará a ser paga, de acordo com os valores estabelecidos na decisão judicial.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



de 21 anos ou, quando estudantes universitários, menores de 24 (vinte e quatro) anos, no termos dos arts. 37 e 39, §3º, da Lei nº 10.486/2002;

- III. autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

À consideração superior.

Brasília, 28 de outubro de 2016.

Jonato de Mesquita Silva

Assessor Técnico SEFIPE

ACE - Mat. nº 1318-8

Senhor Relator,

De acordo com a manifestação da Assessoria Técnica desta SEFIPE, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea “c”, da Resolução-TCDF nº 140/01, com a redação dada pela Resolução nº 174/06.

Brasília-DF, 28 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO CAL DE MIRANDA

Secretário de Fiscalização de Pessoal